

Teles Pires: justiça federal anula o estudo de impacto ambiental

Categories : [Salada Verde](#)

A Justiça Federal anulou o estudo de impacto ambiental da Usina de Teles Pires. A decisão, tomada ontem (13), pela 5.^a Turma do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região paralisa a obra, sob argumentação que lhe falta a essencial autorização do Congresso Nacional para funcionar em terras indígenas. Sem ela, a Justiça entende que a construção é inconstitucional.

O desembargador federal Souza Prudente negou recurso proposto pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A e manteve a paralização da obra, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

De acordo com a Justiça, o estudo de impacto ambiental é "totalmente viciado e nulo de pleno direito, por agredir os princípios constitucionais de ordem pública, da impessoalidade e da moralidade ambiental."

No voto do desembargador Prudente, ele frisou o que diz a Constituição Federal: "o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A ? que teve seu relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) ? sustenta que todas as audiências públicas foram realizadas dentro da lei e gravadas.

A [ação civil pública](#) que tenta suspender o licenciamento da obra de construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires foi proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso (MPE/MT).

A Teles Pires está sendo construída na fronteira do Mato Grosso com o Pará, na bacia do Rio Teles. Adicionará 1.820 megawatts, suficiente para abastecer uma população de 2,7 milhões de famílias, de acordo com o [site oficial da hidrelétrica](#). Ainda segundo o site, o lago do reservatório ocupará áreas dos municípios de Jacareacanga (Pará) e Paranaíta (Mato Grosso), sendo que o primeiro terá 16% do reservatório em seu território e o segundo 84%.

Leia Também

[Ibama libera, mas MPF barra Teles Pires](#)

[A vez do Teles Pires](#)

[Construir para destruir](#)